

ANÁLISE DA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN (2011 A 2018)

Rúbia Raquel Dantas Roque ¹

RESUMO

O crescente número de alunos com deficiência, matriculados no ensino regular, desafia a prática docente e a formação dos professores, que apresentam dificuldades em compreender como devem atuar junto às limitações apresentadas pelos estudantes. Temos estudantes que buscam aprender, mas apresentam limitações que devem ser respeitadas. Por outro lado, temos professores com pouco conhecimento na área, alegando não terem recebido essa formação nos cursos de graduação. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho oferece uma análise e reflexão acerca da estrutura curricular (2011 e 2018) do Curso de Pedagogia da UFRN no tocante à Educação Especial, analisando quais disciplinas estão voltadas para a área, bem como a carga horária de estudo. Por fim, aponta os resultados encontrados e sugestão de melhorias, visando a qualidade na formação inicial dos professores e um melhor desempenho deles na prática docente em relação à Educação Especial.

Palavras-chave: Formação de Professores; Currículo; Ensino Inclusivo.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a educação de pessoas com deficiência não era tratada como forma prioritária ou de respeito. Em estudos realizados sobre o atendimento educacional desse público-alvo constata-se que “até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.” (MAZZOTA, 2005, p.16)

Em 1854, o Brasil inicia o trabalho de atendimento às pessoas com deficiência no Instituto dos Meninos Cegos e em 1857 no Instituto dos Surdos Mudos, criados por D. Pedro II no Rio de Janeiro. Os institutos abrigavam essas crianças e realizava atendimentos assistencialistas e hospitalares, tendo em vista que a visão era de que a pessoa com deficiência era incapaz de estudar (TEIXEIRA, 2003).

No Rio Grande do Norte, o trabalho voltado para pessoas com deficiência foi iniciado por volta de 1952 com a criação do Instituto de Proteção aos Cegos Surdos-

¹ Pós-Graduando do Curso de Especialização em Educação Inclusiva do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, rubiaraque15@gmail.com

Mudos, na cidade de Natal com o apoio do Rotary Clube e somente “em 1954, por iniciativa do Dr. Severino Lopes da Silva e outros profissionais, foi organizada uma instituição especializada, denominada Clínica Pedagógica Professor Heitor Carrilho. Essa Clínica destinava-se ao atendimento de pessoas que apresentavam deficiência mental” (MARTINS, 2004, p.26)

Mediante as ações realizadas ao longo dos anos, a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular começa a ganhar força no âmbito educacional. Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61- LDBEN. A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961 reforça o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência de Educação Especial no Brasil. Na Constituição de 1988, o direito à educação é tratado no art. 5º e no art. 6º, fortalecendo a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

Entre 1994 e 2015, a Educação vivenciou grandes conquistas, sendo a maior delas em 2015, com a aprovação da Lei nº 13.146, conhecida como Lei da Inclusão ou estatuto da pessoa com deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A lei da inclusão contempla todos os direitos da pessoa com deficiência para que essa possa levar uma vida com dignidade em todas as esferas da sociedade (BRASIL, 2015).

Os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência levaram os professores a procurarem formações continuadas na área da educação inclusiva, sentindo também a carência deixada pela formação inicial na graduação e buscando suprir com cursos de extensão ou até mesmo leituras informativas. Esse fato nos faz refletir sobre a importância da Educação Especial e inclusiva ter um espaço maior nas grades curriculares dos cursos de licenciatura, aqui representado pelo curso de Pedagogia.

Esse estudo é fruto da reflexão que vem sendo aplicada acerca do conhecimento dos professores sobre Educação Especial e Inclusiva, tendo em vista o crescente número de estudantes matriculados no ensino regular que apresentam laudos médicos com diagnóstico de algum tipo de deficiência e suspeitas de distúrbios ou transtornos de aprendizagem, ocasionando preocupação na equipe docente e pedagógica da escola.

É de fundamental importância que os cursos de graduação, responsáveis pela formação inicial dos professores deem uma atenção maior à Educação Especial, tendo em vista que os futuros pedagogos vão atuar diretamente com todos os tipos de estudantes, os que tem facilidade de aprender, dificuldades e os que tem deficiência. Um professor com conhecimento sobre Educação Especial consegue desenvolver um trabalho de qualidade com todos os estudantes. Todas as pessoas são capazes e tem direito de aprender.

Sendo assim, o presente trabalho tem por finalidade apresentar uma breve reflexão acerca da estrutura curricular (2011 e 2018) do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN no tocante à Educação Especial, a fim de analisar como essa área de conhecimento é trabalhada no currículo do curso, tendo em vista ser voltado para a formação de professores ou de outros profissionais que atuam na parte técnica e administrativa da educação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da proposta da disciplina “Concepções Curriculares na Educação Profissional” do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do IRFN. A priori mediante as aulas dialógicas foi possível fazer reflexões da temática e posteriormente foi realizado levantamento bibliográfico e documental.

Entre os documentos consultados estão a legislação brasileira que ampara a Educação Especial como a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Constituição Federal-CF, Decretos e Resoluções, Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Pedagogia de 2017 e a Matriz Curricular de referência do período de 2011 a 2018. Enquanto na pesquisa bibliográfica foram incluídos estudiosos da área da educação, como Montessori (1965), Vygostky (1989), Mazzota (1996), Pacheco (2005), Perrenoud (2000) e Martins (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A luta das pessoas com deficiência foi marcada por várias conquistas, algumas delas ainda não são totalmente efetivadas na prática, como a acessibilidade, uma educação inclusiva de qualidade com aprendizagem significativa, dentre tantos outros obstáculos.

É fato que o trabalho docente com a Educação Especial implica muitos desafios e que a sua introdução no currículo dos cursos de formação inicial para professores faz toda diferença. Nesse sentido, abordaremos a seguir a Educação Especial no Currículo do curso de Pedagogia da UFRN entre os anos de 2011 a 2018.

3.1 PERCURSO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN oferece o curso de Pedagogia desde 1961, tendo sua primeira turma matriculada, no entanto, sua regularização só aconteceu através do Decreto Federal nº 77.499 de 07 de abril de 1976. Até 1980, a estrutura curricular do curso era voltada para a parte técnica, com foco na formação de profissionais para atuarem na orientação educacional, supervisão escolar e administração educacional, já que os professores eram preparados pelo curso normal.

A pedagogia tecnicista, predominante nos cursos de formação para professores, tornou o processo educativo mais objetivo e operacional. “[...] na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o educador e o educando posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do educador e maximizando os efeitos de sua intervenção” (SAVIANI, 2013, p.382).

Somente em 1984, o curso de Pedagogia foi habilitado para o Magistério, incluindo disciplinas pedagógicas, que perdurou até 1990. Com uma preocupação voltada para a formação dos professores a estrutura curricular foi ampliada com disciplinas como Didática, Metodologias de Ensino e Estrutura e Funcionamento da Educação.

A mudança na estrutura curricular dos cursos de Pedagogia levou o colegiado a propor uma reformulação curricular com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, tendo em vista que o “... currículo escolar é – em qualquer circunstância – o conjunto de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar” (ROLDÃO e ALMEIDA, 2018, p.07).

Em 1994 a nova proposta curricular fundamentada na formação do pedagogo para a docência foi encaminhada para o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e

Extensão (CONSEPE) da UFRN e aprovada através da Resolução nº 235/94 – CONSEPE/UFRN em dezembro de 1994 e implantado a partir de 1995.

Essa estrutura curricular não deixou de lado os conceitos para formação de profissionais para a supervisão escolar e administração educacional, mas agrupou estudos específicos em áreas de atuação docente como “Arte e Literatura; Coordenação Pedagógica; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Tecnologia Educacional” (UFRN, 2017, p.08).

Com essa perspectiva, o curso de Pedagogia, composto por disciplinas obrigatórias e complementares, tinha o objetivo de formar pedagogos para atuar dentro e fora da escola, desempenhando tarefas docentes e de gestão escolar. As disciplinas obrigatórias eram cumpridas por todos os estudantes e as complementares eram escolhidas pelo próprio estudante de acordo com sua área de interesse.

A UFRN sempre manteve a visão de que a docência era a base da atividade do pedagogo, mas não seu limite, conforme é apresentado no Projeto Político Pedagógico do curso:

[...] ao pedagogo egresso do Curso de Pedagogia da UFRN, compete dominar científica e politicamente o conhecimento sobre o processo educativo. O objeto de formação e atuação do pedagogo é o trabalho pedagógico no interior da escola ou fora dela, considerando que a prática pedagógica não se reduz à docência. Portanto, a formação do Curso e atuação profissional pedagogo está centrada no trabalho pedagógico, escolar ou não, que se fundamenta na docência, compreendida como um ato pedagógico intencional e sistemático permeado por múltiplas relações que orientam valores, princípios e objetivos formativos [...] (UFRN, 2017, p. 08).

Nesse contexto, compreende-se que a estrutura curricular do curso foi atualizada, conseguindo atender muitos dos anseios dos profissionais que atuam no Magistério, tendo a contemplação de áreas específicas voltadas para a docência, onde aqui será concentrada a abordagem sobre a Educação Especial, já contida no Currículo 004/94 - UFRN.

3.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN

O curso de Pedagogia foi criado com o objetivo de formar profissionais para atuarem na área educacional, como citado anteriormente nesse mesmo trabalho. Inicialmente atendendo os profissionais que atuam na parte técnica, o que fez surgir inúmeras críticas acerca da atuação desses profissionais, tendo em vista o desenvolvimento de técnicas mecanicistas.

A partir de 1995, com a implantação de disciplinas voltadas para a área educacional, o curso de Pedagogia passou a desenvolver estudos de disciplinas pedagógicas, entre elas a Educação Especial. O olhar pedagógico na formação docente requer aprendizagem além de técnicas mecânicas, o professor precisa desenvolver habilidades que permita conduzir o aluno ao aprendizado, independentemente do tipo de aluno e de quais limitações ele apresenta.

Perrenoud (2000, p.14) apresenta uma reflexão acerca da formação do professor:

[...] introduzir ciclos de aprendizagem, diferenciar a pedagogia, direcionar-se para uma avaliação mais formativa do que normativa, conduzir projetos de estabelecimento, desenvolver o trabalho em equipe docente e responsabilizar-se coletivamente pelos alunos, colocar as crianças no centro da ação pedagógica, recorrer aos métodos ativos, aos procedimentos de projeto, ao trabalho por problemas abertos e por situações-problema, desenvolver as competências e a transferência de conhecimentos, educar para a cidadania.

Nesse sentido, compreende-se que a formação inicial e continuada do professor deve ser voltada para atender a todos os estudantes sem distinção. No caso da Educação Especial, essa merece uma atenção ainda maior, tendo em vista a necessidade de compreender as limitações apresentadas por cada estudante.

Por muito tempo a Educação Especial e inclusiva assustou os professores do ensino regular e com todos os avanços apresentados, hoje o resultado não é diferente. Muitas dúvidas surgem na mente dos professores ao receberem um estudante com deficiência na sua turma, “[...] Isto acarreta, em geral, certa ansiedade em determinados momentos do trabalho, indicando que não sabem se estão desenvolvendo os procedimentos compatíveis com as necessidades de cada criança” (MARTINS, 2008, p.90).

Analisando a estrutura curricular do Curso de Pedagogia da UFRN entre os anos de 2011 e 2018, pode perceber que são oferecidas duas disciplinas no tocante à

Educação Especial: Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, ambas obrigatórias e presenciais, conforme descrição detalhada nos quadros 1 e 2.

QUADRO 1: Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia da UFRN - 2011

DISCIPLINA/SEMESTRE	CH	EMENTA/DESCRIÇÃO
Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva 3º semestre	60h	Estudo dos fundamentos filosóficos, históricos, sociais e psicopedagógicos que orientam o atendimento educacional às pessoas com necessidades educativas especiais. Reflexão crítica de questões ético-político-educacionais na ação do educador e de outros agentes sociais no processo de educação e inclusão desses alunos. Conhecimento das especificidades e potencialidades das pessoas com necessidades educativas especiais, tendo em vista a intervenção pedagógica numa perspectiva inclusiva.
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS 4º semestre	60h	Conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da Comunidade Surda, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltados para a prática docente na escola. Aspectos históricos, culturais do sujeito surdo e seus reflexos na atuação do professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental do ensino fundamental. Legislação relacionada às especificidades do sujeito surdo e à sua escolarização.

Fonte: Estrutura Curricular 2011 – SIGAA/UFRN

Quadro 2: Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia da UFRN – 2018

DISCIPLINA/SEMESTRE	CH	EMENTA/DESCRIÇÃO
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS 1º semestre	52h	Conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos falantes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, voltados para a prática docente inclusiva em um contexto bilíngue. Fundamentos histórico-filosóficos da educação de

		surdos com base nos Estudos Surdos e na concepção socioantropológica. Aspectos linguísticos e culturais da comunidade surda e seus reflexos na atuação do professor da educação básica. Legislação relacionada às especificidades da escolarização de surdos. Noções básicas da gramática da Língua de Sinais.
Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva 4º semestre	52h	A Educação Especial como modalidade da Educação Básica. Fundamentos filosóficos, históricos, sociais e psicopedagógicos que orientam o atendimento educacional às pessoas do público-alvo da Educação Especial. Reflexão crítica de questões ético-político-educacionais na ação do pedagogo e de agentes sociais no processo de Educação Especial na perspectiva inclusiva. Especificidades e potencialidades das pessoas público-alvo da Educação Especial, tendo em vista a intervenção pedagógica numa perspectiva inclusiva.

Fonte: Estrutura Curricular 2018 – SIGAA/UFRN

Na Estrutura Curricular de 2011, as duas disciplinas que tratam sobre a Educação Especial apresentam uma carga horária de 60 horas, sendo a disciplina “Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva” totalmente realizada com aula teórica no 3º semestre do curso e a disciplina “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” com 45 horas de aula teórica e 15 horas de aula prática no 4º semestre.

Em 2018, a distribuição da carga horária das duas disciplinas foi reduzida, totalizando apenas 52 horas do curso. As mudanças também aconteceram na forma de distribuição das disciplinas e nos semestres. A disciplina “Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” passou a ser estudada no 1º semestre, com 26 horas de aula teórica e 26 horas de aula prática e a disciplina de “Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva” foi para o 4º semestre, com 48 horas de aula teórica e 04 horas de aula prática. As mudanças curriculares contribuíram para uma redução na aprendizagem de conhecimentos que se tornam cada vez mais desafiadores para os professores, tendo em vista a ampliação na oferta de ensino à pessoas com deficiência, transtornos globais de

desenvolvimento e superdotação ou altas habilidades. Com o crescimento de matrículas na escola, os desafios acerca da educação inclusiva se tornaram maiores, por isso, é necessário a ampliação de conhecimentos acerca da educação especial nos cursos de graduação e não sua redução.

Defendendo a ideia que currículo é “[...] um projeto que resulta não só do plano das intenções, bem como do plano da sua realização no seio de uma estrutura organizacional” (PACHECO, 2005, p. 33) e que o público-alvo da Educação Especial cresce a cada dia no ensino regular e ainda mais, que cresce a luta pela igualdade de direitos à aprendizagem na escola, percebe-se uma atenção bem limitada dessa área de conhecimento ofertada no curso de Pedagogia da UFRN.

A ampliação na oferta de disciplinas que contemplem as principais deficiências amparadas na Lei nº 13.146 (Lei da Inclusão) contribui para a formação dos futuros pedagogos, possibilitando aprendizagens significativas para o desenvolvimento do trabalho com estudantes que tenham deficiência. Vygotsky defendeu que “o objetivo da educação do aluno dito especial é atingir o mesmo fim da criança dita não especial, utilizando meios diferentes” (COSTA, 2006, p. 235).

A defesa apresentada por Vygotsky é de que o estudante com deficiência consegue se desenvolver e aprender, assim como as crianças ditas normais, mas para isso, o professor deve aplicar uma metodologia adequada à necessidade da criança. Para Vygosty (1989 apud Costa, 2006, p.235):

O efeito do déficit/defeito na personalidade e na constituição psicológica da criança é secundário porque as crianças não sentem diretamente seu estado de handicap. As causas primárias, a sua dita forma especial de desenvolvimento são as limitadas restrições colocadas na criança pela sociedade. É a realização sociopsicológica das possibilidades da criança que decide o destino da personalidade, não o déficit em si.

Percebe-se que a formação inicial dos professores deveria se preocupar mais com a realidade que será encontrada na sala de aula, mas “... limitam-se a criar um vínculo entre os saberes universitários e os programas escolares, o que não é inútil, porém ocupa um grande espaço no currículo, em detrimento de saberes didáticos, pedagógicos e sociológicos mais próximos da prática” (PERRENOUD, 2002, p. 21). Dessa forma, a distância entre a teoria acadêmica e a prática docente se torna cada vez

mais forte, priorizando um conhecimento teórico superficial que dificulta a atuação do professor em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Pedagogia faz parte da formação inicial dos professores e esses profissionais devem atuar na escola, atendendo todos os estudantes de forma igualitária, entre eles, os estudantes público-alvo da Educação Especial. Além da docência, o curso de Pedagogia prepara profissionais para atuar na área técnica e administrativa da educação, o que resulta numa responsabilidade ainda maior acerca do conhecimento didático, pedagógico e administrativo.

Após leitura do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da UFRN, bem como análise de sua estrutura curricular de 2011 e 2018, foi possível constatar que parte da falta de conhecimento dos professores é proveniente da pouca atenção dada a essa área no referido curso, mesmo sendo consciente que é responsabilidade do professor investir na sua formação continuada.

O crescente número de crianças diagnosticadas com deficiência ou transtorno do desenvolvimento desafia cada vez mais a escola pública e com isso, requer uma atenção maior na formação dos professores, justificando ainda mais a reformulação da estrutura curricular dos cursos de licenciatura, aqui representado pelo curso de Pedagogia.

O curso de Pedagogia da UFRN, oferece apenas duas disciplinas voltas para a Educação Especial e na estrutura de 2018, aconteceu uma mudança, reduzindo a carga horária dessas duas disciplinas de 60 horas para 52 horas, ou seja, o que era limitado se tornou ainda mais preocupante. Essa redução de carga horária nas disciplinas que tratam da temática nos cursos de formação de professores representa um retrocesso na formação de professores, que irão lidar diretamente com todos os tipos de deficiência na escola.

Por fim, ressalta-se a importância em repensar a estrutura dos Cursos de Pedagogia, ofertando uma carga horária maior para a área de Educação Especial, tendo em vista que é uma área ampla, complexa e crescente, necessitando ampliarmos a abordagem da temática nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>. Acesso em: 17 de março de 2021

_____, **Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 de março de 2021

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: imprensa oficial, 1988. Disponível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20105.pdf. 17 de março de 2021.

_____, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO/CORDE, 1994.

_____. Resolução cne/ceb nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao2.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2021

_____, **Lei nº 10.436/02, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 20 de março de 2021

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEES, 2008

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 de março de 2021.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando limites:** A contribuição de Vygotsky para a Educação Especial. Revista Psicopedagogia. 2006, p.232-240

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Da Educação Especial à inclusiva: um longo caminhar. In: SILVA, Markus Figueira da, et al. **Educação inclusiva:** uma visão diferente. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Natal/RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2004. P.25-35

_____. Política pública e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, Lúcia de A. Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José (Org.). **Políticas e Práticas educacionais inclusivas.** Natal/RN: EDUFRN, 2008.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica.** São Paulo: Flamboyant, 1965.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o desafio da avaliação**. PERRENOUD, Philippe, et al. Trad. Claudia Schilling e Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Fátima da Conceição (Org). **Aprendendo a aprender: Guia de formação para professores das séries iniciais**. UNICEUB/Faculdade de Educação de Ciências da Educação. Vol. 5, Brasília, 2003.

UFRN. **Projeto Político Pedagógico e Curricular do Curso de Pedagogia Presencial**. Natal, 2017.

_____. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA. **Estrutura Curricular**. Curso de Pedagogia/CE. Disponível em:
https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=2000063. Acesso em: 10 de maio de 2021

UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, 1990. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>. Acesso em: 11 de março de 2021